



Júlio Fernandes

210 Pazzianotto recebeu documento dos sindicalistas

Sindicalistas pedem comissões tripartites

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

A formação de comissões tripartites — integradas por representantes do governo, trabalhadores e empresários — foi proposta ontem em documento entregue ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, pela CGT (Central Geral dos Trabalhadores), USI (União Sindical Independente) e mais nove confederações. Os signatários do documento propõem a criação das comissões para auditar as dívidas externa e interna, e “radiografar” o sistema financeiro, os sistemas previdenciário, de saúde e habitação, além da revisão da legislação trabalhista. A CUT (Central Única dos Trabalhadores), porém, não é signatária do documento.

O documento recomenda a criação, por decreto presidencial, de grupos de trabalho tripartites, para assuntos específicos, com prazo de funcionamento de 15 de fevereiro a 15 de abril. “Através dos grupos de trabalho — diz o documento — aos trabalhadores e ao povo brasileiro estará sendo garantido o legítimo direito à informação, dando-lhes a oportunidade de conscientizarem-se sobre a realidade brasileira”.

A CGT, USI e confederações de trabalhadores dizem também no documento que concordam em que segunda-feira conclua-se o debate sobre o novo valor do salário mínimo.

Depois de lembrar que o Brasil é a oitava economia mundial, mas a 48ª em qualidade de vida e a 6ª em subnutrição, o documento afirma que os signatários, fiéis a suas bases, não podem avaliar o aumento de preços exigido pelo empresariado sem o correspondente realinhamento de salários.

O documento reivindica o salário “real”, mas, com “bom senso e realismo”, dá prazo de 18 meses para o cumprimento dessa meta, com a aplicação de aumentos reais espaçados de três meses, a partir da fixação, agora, do valor de Cz\$ 2.119,94.

Lembra o documento que em 1960, quando o Brasil era a 48ª economia mundial, o valor do salário mínimo correspondia a Cz\$ 1.570.

Os trabalhadores reiteram o pedido de discussão de uma pauta de 23 itens já encaminhada ao ministro, e aceitam a pauta sugerida pelo governo para discussão. De todos os itens contidos nas duas pautas, apenas dois foram realmente discutidos nas três reuniões tripartites: o aumento dos preços, do qual os empresários não abrem mão, e reajuste de salário, que os empresários não aceitam.

O impasse não impede a continuidade das negociações, argumenta José Calixto Ramos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.